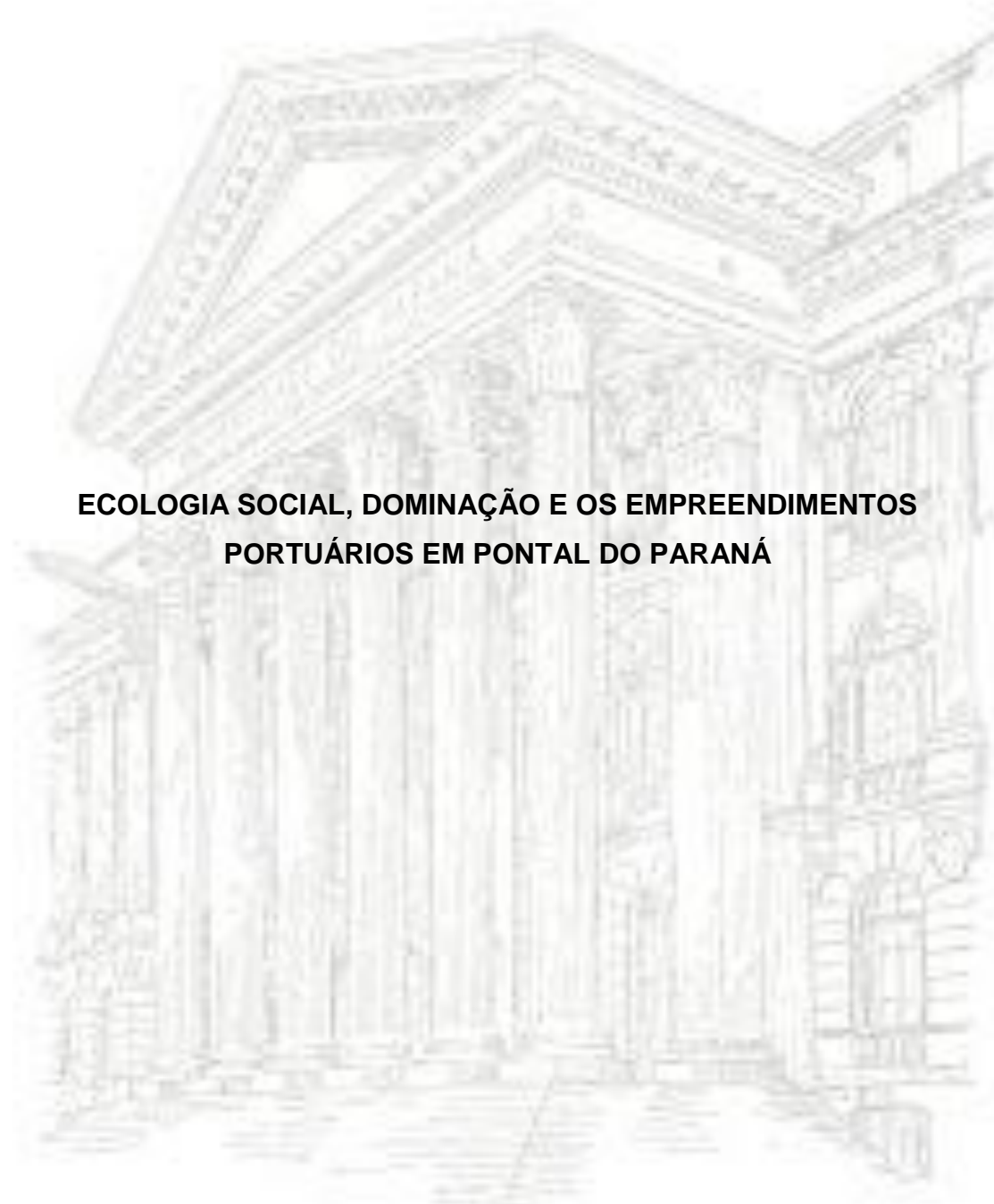


LIZ MEIRA GÓES  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR LITORAL



**ECOLOGIA SOCIAL, DOMINAÇÃO E OS EMPREENDIMENTOS  
PORTUÁRIOS EM PONTAL DO PARANÁ**

MATINHOS

2016

LIZ MEIRA GÓES  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR LITORAL

**ECOLOGIA SOCIAL, DOMINAÇÃO E OS EMPREENDIMENTOS  
PORTUÁRIOS EM PONTAL DO PARANÁ**

Artigo como atributo de  
conclusão do curso de  
Especialização: Questão  
Social na Perspectiva  
Interdisciplinar.  
Orientador: Ernesto Jacob  
Keim.

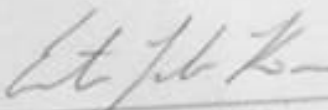
MATINHOS

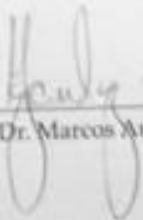
2016

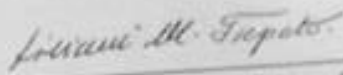
## PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

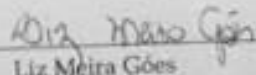
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Orientador, Professor Doutor ERNESTO JACOB KEIM, realizaram em 11/06/2016 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante LIZ MEIRA GÓES, sob o título "*Ecologia Social, Dominação e os Empreendimentos Portuários em Pontal do Paraná*", sendo quesito parcial para obtenção do Título de Especialista em *Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo recebido conceito "APL".

Matinhos, 11 de junho de 2016.

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Ernesto Jacob Keim

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Marcos Aurélio Zanlorenzi

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Lilliani Marília Tiepolo

  
\_\_\_\_\_  
Liz Meira Góes  
Estudante

Conceitos de aprovação

Conceitos de reprovação  
APF = Apreciação Parcialmente Suficiente  
AI = Apreciação Insuficiente

**AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos (as) os (as) trabalhadores (as) da UFPR que me proporcionaram um ambiente agradável para a construção dos conhecimentos durante a especialização. Estes que lutam diariamente por dignas condições de trabalho e pela manutenção da qualidade da educação pública.

Meus pais, Solange e Reinaldo, que continuam apoiando e sonhando com uma educação que esteja ao lado daqueles que, ainda, são invisibilizados pela sociedade.

Agradeço meu Orientador, Jacob, pelas conversas tão maravilhosas que tivemos ao longo desse processo e pela dedicação que este educador possui com suas orientandas. Gratidão por me entusiasmar no aprofundamento dos estudos e na demarcação da resistência contra as injustezas do marco civilizatório em qual vivemos.

Em especial a Rubiamara que esteve lado a lado em todas as idas e vindas, com conversas graciosas e discussões, enraizando o nós, a coletividade e construindo novos aprendizados formais e informais. Grande amiga que continuará em meu coração.

Aos colegas e amigos (as) de turma Juliana, Giovana, Luanda, Marcelo e Augusto pelas manhãs e tardes de sábado tão saborosas e acompanhadas de tanta luz.

Por fim, com muito amor agradeço meu companheiro Fernando pelo apoio integral na vida cotidiana.

*“Se não fizermos o impossível,  
teremos que enfrentar com o impensável.”*  
Murray Bookchin

## RESUMO

O presente artigo foi produzido como trabalho final do curso de especialização em Questão Social na perspectiva Interdisciplinar junto ao Setor Litoral da UFPR. O artigo parte da concepção de que os pilares de nossa existência têm sofrido crescente devastação, cujas consequências pode modificar de forma significativa o formato como conhecemos e compreendemos a biosfera. A crise ambiental que vivemos não pôde ser ocultada pelo contexto vigente que é caracterizado pela ganância e exploração, características da ação produtiva acumuladora. A ecologia social, como referencial teórico, foi considerada a partir dos conceitos descritos por Murray Bookchin com a especificidade da análise do município de Pontal do Paraná/PR. O propósito do artigo é a compreensão dos motivos pelos quais parcelas da população de Pontal do Paraná estão com expectativas positivas em relação aos novos empreendimentos portuários previstos para o município de Pontal do Paraná. As condições atuais do município não estão satisfatórias para grande parte da população local, a qual espera propostas de melhorias na cidade. Desta forma, os empreendedores e os aliados dos novos empreendimentos portuários não abrem mão de disputar mentes e corações favoráveis ao seu projeto, com promessas de empregos e benfeitorias para a cidade. Desta forma, a maioria da população que considera o discurso positivo sobre os empreendimentos, estão de alguma forma, sob processo de dominação econômica, étnico-racial ou de gênero, o que em alguma medida, contribuem para a aceitação dos novos empreendimentos portuários.

**Palavras chaves:** Ecologia Social, Conflitos Socioambientais, Pontal do Paraná

## RESUME

The article was produced to the specialization course on Social Matters in an Interdisciplinary perspective (UFPR Litoral). The conception that the pillars of our existence have suffered increasing devastation, whose consequences can modify in a significant way the format as we know and understand the biosphere. The environmental crisis that we live can not be concealed by the current context that is characterized by greed and exploitation, characteristics of accumulating productive action. The social ecology, as theoretical reference, was considered from the concepts by Murray Bookchin with the analysis of the Pontal do Paraná city. The purpose of the article is to understand the reasons why parcels of the population are with positive expectations in relation to the new port projects foreseen of Pontal do Paraná. The current conditions of the municipality are not satisfactory for a large part of the local population, which expects proposals for improvements in the city. In this way, the entrepreneurs and allies of the new port enterprises do not give in to disputing minds and hearts favorable to their project, with promises of jobs and improvements. In this way, the majority of the population that considers the positive discourse about the enterprises are in some way, under a process of economic, ethnic-racial or

gender domination, which to a certain extent, contribute to the acceptance of the new port.

**Keyword:** Social Ecology, Environmental conflicts, Pontal do Paraná

## SUMÁRIO

I- CARTA DE INTENÇÕES – ESPECIALIZAÇÃO EM QUESTÃO SOCIAL.....	9
1 -INTRODUÇÃO .....	10
2- ECOLOGIA SOCIAL: UM OLHAR SOBRE A DOMINAÇÃO E HIERARQUIA .....	13
3- PONTAL DO PARANÁ E ECOLOGIA SOCIAL: AS AMARRAS DA DOMINAÇÃO E OS EMPREENDIMENTOS PORTUÁRIOS.....	19
4- CONSIDERAÇÕES FINALIZADORAS.....	26
5- REFERENCIAS.....	28



## **CARTA DE INTENÇÕES – ESPECIALIZAÇÃO EM QUESTÃO SOCIAL UFPR Litoral**

Meu nome é Liz Meira Góes, sou Bióloga formada em Licenciatura e Bacharelado pela Universidade Federal do Paraná em 2011. Atualmente sou professora de Ciências na cidade de Curitiba e atuo como analista ambiental no Observatório de Conservação Costeira do Litoral do Paraná (Grupo que atua na análise científica dos empreendimentos que possam causar danos socioambientais no litoral). Além disso, tenho experiências de pesquisa na área interdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento.

O interesse em participar da especialização em Questão Social na perspectiva Interdisciplinar se deve ao desejo de aprofundar conhecimentos sobre o litoral do Paraná e também na área de ciências humanas no que se refere aos conflitos sociais. Por meio de minha formação em Ciências Biológicas, rica em descrever a importância da proteção da biodiversidade, identifiquei a carência de informações sobre as questões sociais e sua relação com a biodiversidade. O litoral do Paraná é um local que propicia amplos debates, por ser região de grande biodiversidade com Mata Atlântica, ambientes costeiros e marinhos, e ao mesmo tempo também apresenta conflitos socioambientais relacionados ao uso dos territórios e dos recursos ambientais.

Tenho a intenção de dar continuidades às pesquisas que desenvolvo ao aprofundar os conhecimentos sobre os conflitos que estão ocorrendo, devido à instalação de grandes empreendimentos de infraestrutura, como os novos portos em Pontal do Paraná, as rodovias PR4077, PR412 e a BR101 e a nova ferrovia Lapa-Paranaguá. A pesquisa tem a intenção de compreender os problemas socioambientais que podem ser gerados e, desta forma, pode auxiliar no processo de mobilização que já ocorre.

Tenho também a intenção de produzir conhecimento que possa ser útil à população do litoral do Paraná. E por meio desta carta de intenção e artigo reitero o desejo de participar da especialização em Questão Social.

## INTRODUÇÃO

*“Poesia e imaginação  
devem estar integradas com a ciência e a tecnologia,  
pois temos que avançar para uma inocência,  
que só pode ser alimentada por mitos e sonhos”*  
Murray Bookchin

O litoral do Paraná marcou fortemente algumas memórias de infância. A primeira ida como turista de veraneio e posteriormente nas diversas visitas, principalmente à região de Pontal do Paraná. Desenvolvi um sentimento pelo ambiente tranquilo, pouco habitado e acolhedor, onde nas restingas, na areia e no mar, fortaleci uma relação de estar em outro tempo. No caminhar pela praia descobri as casinhas pequenas e antigas onde se localizavam os pescadores, com seus alimentos para vender e seus sotaques tão característicos. Ao mesmo tempo, me recordo das filas enormes nos estabelecimentos para se comprar o pão, demonstrando a baixa estrutura para atender a grande quantidade de turistas.

Anos se passaram, me transformei, fiz graduação em Biologia e Mestrado com pesquisas nas áreas costeira (Meio Ambiente e Desenvolvimento). O litoral também se alterou, as cidades cresceram, sua população aumentou em número, os turistas despontaram em crescente proporção e as degradações ambientais manifestaram-se. Porém, o litoral ainda mantém algumas características de resistências onde as vidas tradicionais com suas comunidades ainda permanecem, em contraposição aos locais que anseiam por grande produtividade e ditam um tempo regido pela competição, produtividade e pela lógica de desenvolvimento a qualquer custo.

A vontade de pesquisar o município de Pontal do Paraná que se localiza no Litoral do Estado do Paraná partiu de um descontentamento mais geral com o mundo que conhecemos atualmente, as atrocidades que vivenciamos cotidianamente originadas na estrutura econômica do sistema capitalista, em

que poucos acumulam e muitos deterioram. As barbáries sociais e ambientais que acompanham a estrutura econômica são tão frequentes que se parecem banais e nos fazem assistir apáticos, indiferentes e insensíveis, ao ponto de promover grau crescente de desumanização. Percebe-se com isso que existe uma necessidade concreta que nos desafia constituindo um cenário que atenta contra a vida planetária.

Utilizarei a pesquisa e a educação para desafiar o contexto de barbárie no qual estamos imersos, buscando mostrar as negatividades do desenvolvimento econômico que o sistema difunde e nas vantagens de uma vida menos competitiva, acumuladora e de um envolvimento mais humano. Como nos apresenta Bookchin no seu livro “Ecology of Freedom” (2010):

“Na confluência de crise social e ecológica, não podemos nos permitir a falta de imaginação: não podemos continuar a ignorar o pensamento utópico. As crises são demasiado graves e as possibilidades são muito radicais para serem resolvidas através das formas habituais de pensar”.<sup>1</sup>(Bookchin, 2010).

O município de Pontal do Paraná no litoral do Paraná está na confluência da crise social e ambiental, na medida em que apresenta os sinais de uma cidade desigual, com ausência do Estado, onde as populações empobrecidas enfrentam o desemprego, falta de saneamento básico, moradias nas regiões de mangue e antigas florestas, falta de unidades de saúde, falta de transporte público de qualidade, além de graves problemas na regularização fundiária e grilagem de terra.

Apesar disso, com sua história de isolamento geográfico, ocupação tardia (comparado aos municípios que estão ao seu redor), implementação das unidades de conservação e preservação em seu entorno a região (PIERRI, 2003; PIERRI et al, 2006;; TIEPOLO, 2015) resguarda características de pequena urbanização, onde resistem de maneira fragmentada territórios de comunidades tradicionais pescadoras e indígenas.

Há décadas que são pensadas ampliações no desenvolvimento econômico da região e aumentos na utilização dos recursos naturais. Essas pretensões estão atreladas à ampliação de produção e crescimento econômico do Brasil que ocorreram entre 2000 até 2011 momento que houve um aumento

---

<sup>1</sup> Tradução da autora da citação do livro Ecology of Freedom (2005).

na demanda por locais de escoamento de produção para outros países (JUNIOR, 2012).

Dessa forma, os portos brasileiros tiveram suas demandas ampliadas e os empreendimentos portuários no litoral do Paraná acompanharam o processo (ZEE, 2010). Especificamente no município de Pontal do Paraná os portos tiveram possibilidade de instalação, com principal representação no Terminal de Contêineres de Pontal do Paraná (TCPP). O TCPP se instalado acarretará impactos ambientais e sociais de grande medida no município de Pontal do Paraná como aponta o Estudo de Impacto Ambiental (PIERRI, 2008).

O fato é que as condições atuais do município deixam a desejar em infraestrutura e condições de vida de qualidade para grande parte da população local, ao mesmo tempo que essa mesma parcela espera as promessas de melhorias na cidade com a instalação do TCPP. O empreendedor e seus aliados desenharam um projeto de porto que apresenta vantagens financeiras para seu grupo de empreendimento, por isso, não abrem mão de disputar mentes e corações favoráveis ao seu projeto, com promessas de muitos empregos e melhorias sociais. Ao mesmo tempo que ao longo dos anos de debate sobre o empreendimento, ocorreu uma invisibilidade nos movimentos que se contrapuseram ao empreendimento.

O artigo apresenta um olhar a partir dos conceitos da Ecologia Social na análise teórica e documental das relações entre sociedade e natureza<sup>2</sup>, na especificidade do município de Pontal do Paraná no litoral do Estado do Paraná – Brasil, com as contribuições do pensamento e aporte teórico de Murray Bookchin. O propósito do artigo foi a compreensão do motivo pelo qual parcelas da população de Pontal do Paraná estão com expectativas positivas frente aos novos empreendimentos portuários previstos para o município na perspectiva de alcançar as melhorias divulgadas.

Inicialmente o texto apresenta alguns conceitos gerais da Ecologia Social. Em segundo momento, apresenta determinadas características do município de Pontal do Paraná e aponta problemas relacionados à hierarquia e dominação, bem como sua análise para o município de Pontal e, por último

---

<sup>2</sup> Quando natureza tiver o sentido de natureza não-humana será utilizado apenas o termo natureza.

apresenta, nas considerações finais algumas perspectivas e possibilidades futuras.

### **ECOLOGIA SOCIAL: um olhar sobre a dominação a partir da hierarquia**

A despeito dos avanços sociais, já ocorridos, a vida em plenitude se caracteriza como um significativo desafio, no contexto civilizatório vigente, pois diversas são as pressões que a constitui. Quando não há outra opção de acesso a condições adequadas de vida pela predominância de ar, água e solo contaminados, de homens e mulheres sendo explorados no trabalho e nas relações sociais, de alimento com produtos conhecidamente nocivos, de transporte coletivo sem arejamento e espaço adequado, de mulheres que não tem a mesma condição de igualdade(reconhecimento) que os homens, quando a população negra e indígena ainda não consegue acessar condições sociais dignas, quando se sente no clima e na paisagem a destruição de seres vivos. Esses são apenas alguns dos dissabores decorrentes de relações ambientais e sociais regidas pelas regras do mercado, amparado na competição e na acumulação individual, os quais são amplamente debatidos pela teoria da ecologia social.

Um fato incontestável é que importantes pilares de nossa existência têm sofrido devastação suficiente para acarretar modificações, na forma como conhecemos a biosfera, em seus aspectos bióticos e climáticos, com a perda de biodiversidade e mudanças climáticas globais. A ganância e exploração que acompanham a ação produtiva acumuladora se sustentam ainda nesse contexto de crise, amparadas em críticas de soluções cosméticas, com caráter de reforma, que naturalizam a percepção sobre a crise ambiental que geram.

Em uma época em que ocorre um fluxo simultâneo e diverso de julgamentos e possibilidades, algumas teorias apontam que as saídas para a crise ecológica poderiam acontecer com soluções tecnológicas, uso racional dos recursos naturais, ou mecanismos de regulação do Estado como licenciamentos e áreas de conservação. Entretanto, o que vemos é que continuam os empreendimentos de grandes impactos ambientais, podemos citar como exemplo os casos de implementação de megaprojetos de

hidroelétricas na Amazônia (FEARNSIDE, 2011; 2012), as implementações de portos no litoral brasileiro e construções de novas rodovias nos interiores.

Neste contexto cabe ainda ressaltar que um dos maiores colapsos ambientais, ligado a empreendimentos de grande impacto ambiental, aconteceu no interior do Brasil com a devastação de um rio inteiro, o rio doce. Devido a extração exacerbada de minérios que não respeitou os indícios da sobrecarga para o ambiente em Mariana. Estes fatos de crimes cometidos contra o ambiente e as populações demonstram a inabilidade de órgãos ambientais como IBAMA e ICMBio de conseguirem solucionar de maneira efetiva os problemas e injustiças socioambientais. Estes órgãos estão com seus quadros em um número que não consegue atender às demandas (ZHOURI, 2014).

Os fatos citados acima são apenas alguns exemplos das expressões da crise ambiental, a qual não tem sido controlada e nem reduzida com as medidas ambientais adotadas até o momento. Contrapondo esta lógica de pensar e agir, a perspectiva da ecologia social se apresenta como uma forma diferente de raciocinar e atuar.

A questão ambiental<sup>3</sup> não será facilmente resolvida no atual contexto civilizatório, pois os problemas ambientais estão profundamente mergulhados no seio dos problemas sociais, na consolidação dos sistemas hierárquicos, de dominação e de exploração no campo social e na relação com o ambiente. A dominação no seio social do homem pelo homem com suas diversas hierarquias e no ambiental do homem com a natureza<sup>4</sup> - não-humana - são cruéis e profundos.

Desta forma, devemos analisá-los com argumentos que possam ser caracterizados como favoráveis a vida com plenitude, com base em aportes teóricos e científicos consistentes e fundamentados. A Ecologia Social<sup>5</sup> é uma

---

<sup>3</sup> A questão ambiental tem se expressado com os aspectos da crise ambiental que tem raiz na forma como se estrutura a atual sociedade com suas relações econômicas e sociais.

<sup>4</sup> O termo natureza precisa ser adjetivado quando utilizado, pois tudo que existe no planeta Terra é natural. Desta forma, utilizaremos a abordagem de Bookchin que classificou duas “natureza” que possuem história e evolução diferentes. A “natureza não-humana” que compreende tudo aquilo que não foi desenvolvido ou criado pelo ser-humano e a “natureza humana” que compõem os seres humanos, suas criações, histórias e desenvolvimento. (Bookchin, 2005)

<sup>5</sup> O termo Ecologia Social tem suas origens na palavra “ecologia”, cunhado por Ernest Haeckel, em 1866, para referir-se a investigação das inter-relações entre os animais, os vegetais e seus entornos orgânicos ou inorgânicos. Concebida de maneira ampla, a ecologia lida com o

das correntes teóricas que analisa as raízes da crise ambiental e fortalece a possibilidade de outra realidade ambiental e social, onde não existam dominações nas relações da natureza humana e não humana (BOOKCHIN, 2005) que relacione a vida com a dignidade (BOFF, 1999).

O termo ecologia social foi descrito primeiramente pelo teórico Murray Bookchin, e publicado em 1982 pelo livro de título – *Ecology of Freedom*, este que é considerado um dos proponentes para conceituação de ecologia social. Bookchin se insere nos debates ambientais quando lança seu primeiro artigo sobre o tema em 1952, *The Problem of Chemicals in Food*, no qual alerta sobre os problemas dos produtos químicos inseridos aos alimentos (CORREA, 1999). Anteriormente a obra clássica *Silence Spring* publicado por Rachel Carson em 1968, este que se caracterizou como importante marco para os debates ambientais que o sucederam.

Além de profundas discussões publicadas sobre o tema, este autor atuou junto aos movimentos ambientais da década de 70 e 80, os quais se posicionou contra as usinas nucleares e empreendimentos de grande impacto ambiental (SILVA, 2007). Na década de 90 publicou diversos livros sobre a importância da descentralização da sociedade propondo o Municipalismo Libertário. Segundo Foladori e Pierri (2005), a Ecologia Social pode ser classificada como ecologismo radical por possuir um compromisso com a mudança social profunda. Silva (2007), aponta que a maior contribuição a esta tradição foi integrar os conceitos da descentralização, da organização não hierárquica e do socialismo com a ecologia, desde uma ética e uma filosofia arraigadas na esquerda libertária.

A ecologia social é composta por uma série de conceitos com intenção de estabelecer diálogo com diferentes entendimentos, inerentes às concepções de pessoas e movimentos favoráveis a vida em contraponto a movimentos e pessoas amparadas numa perspectiva de garantir acumulação individualista e competitivas contrárias à capacidade de vida na biosfera.

Dessa forma, a ecologia social se diferencia de outros aportes teóricos e análises da questão ambiental na medida em que reconhece fragilidades e

---

equilíbrio dinâmico da natureza. Visto que a natureza também inclui os seres humanos, esta ciência deve incluir o papel da humanidade no mundo natural. Mais especificamente, deve incluir o caráter, a forma e a estrutura da relação que a humanidade mantém com outras espécies e com seu entorno biótico.

virtudes no que foi produzido e realizado e, nesse cenário, se propõe a delinear uma significativa modificação da realidade ambiental e social, principalmente pela perspectiva de debate das diferentes posições que constituem as relações de forças e poderes constituintes do campo social. Sua análise envolve a posição de que a liberdade e a resistência precisam ser valorizadas e desenvolvidas nas relações humanas para fazer frente a aspectos de hierarquias que promovem dominação, as quais precisam ser questionados e debatidos a fim de que novas relações se desenvolvam.

*“Entiendo por “jerarquía” a los sistemas culturales, tradicionales y psicológicos de obediencia y mandato, no solamente a los sistemas económicos y políticos a los cuales los términos “clase” y “Estado” se refieren más apropiadamente.” (Bookchin, 1999)<sup>6</sup>*

Bookchin entende que é necessário compreender, na raiz, o emprego do termo hierarquia, uma vez que o seu verdadeiro significado pode ser ocultado, quando utilizado até mesmo em nome de sociedades sem classes ou libertárias. A não explicitação das raízes hierárquicas, inclusive em espaços onde não haja exploração econômica ou coerção política, acabam por perpetuar as relações de dominação e submissão (SILVA, 2007).

A partir das ideias descritas por Bookchin, a ecologia social incorpora a discussão de que a exploração econômica é um dos pilares dos problemas ambientais existentes no atual sistema político/econômico em que é fruto da divisão de classes consolidando relações que envolvem a propriedade privada. Somado a isso, aponta que a dominação econômica é apenas umas das questões a ser combatida, pois outras dominações se fazem presentes em nossa sociedade. A ecologia social apresenta diferentes apontamentos em comparação a outros aportes teóricos<sup>7</sup>. Entretanto, segundo Bookchin (2005), “seria arrogante apresentar análises acabadas e receitas prontas”; em vez

---

<sup>6</sup> “Entendo por “hierarquia” como os sistemas culturais, tradicionais y psicológicos de obediência e mando, não somente nos sistemas econômicos e políticos aos quais os termos “classe” e “Estado” se referem mais apropriadamente.” Tradução da autora.

<sup>7</sup> Murray Bookchin se colocou como divergência teórica com o campo de pensamento da Ecologia Profunda. Também apresentou divergência da Ecologia Social com as análises Marxistas, pois estes só consideram a exploração capitalista como responsável pela crise ambiental e aponta os outros aspectos de dominação que não sejam a econômica, como a dominação de gênero, de etnia, da cidade em relação ao campo, etc.



disso, considera como responsabilidade de um trabalho sério estimular o pensamento dialético e ecológico.

A ecologia social sustenta a ideia de que os problemas ecológicos estão profundamente relacionados aos problemas sociais particularmente no domínio dos sistemas políticos e sociais autoritários e hierarquizados. E esta é uma das principais diferenças com outras teorias que estudam a sociedade e ambiente, no que se refere as contribuições de que os problemas básicos que colocam a sociedade contra a biosfera, estão inerentes ao próprio desenvolvimento social e não somente, na divisão entre a sociedade e a natureza. Desta forma, compreende que as divisões entre sociedade e natureza têm suas raízes nas divisões sociais internas, especialmente nos conflitos sociais.

“Eu me refiro à dominação do jovem pelas pessoas mais velhas, da mulher pelo homem, de um grupo étnico sobre outro, da massa de burocratas que professa sobre a fala de quem tem interesse social, do corpo sobre a mente, da natureza pela sociedade e tecnologia.”  
(Bookchin, 2005)<sup>8</sup>

A humanidade, como unidade, não deveria ser julgada na modificação da biosfera, em que todos são responsáveis de maneira igual. A humanidade está dividida em classe, etnia, gênero, etc., e nessa divisão incorpora grupos dominantes e dominados. Como aponta Bookchin (2005) “à origem da destruição ambiental que vivenciamos está relacionada a origem à hierarquia e da dominação da humanidade”. Analisado as diferentes formas de hierarquia - do homem pelo homem na forma de subordinação de classe, de gênero, dominação de idade, de casta, de etnia ou de qualquer outra estratificação da sociedade. Desta forma, complexifica a análise pois não identifica apenas a dominação de econômica como fator único na relação humanidade e natureza.

A ecologia social sugere que não é possível fazer frente aos problemas ecológicos apenas por meio da análise de ações individuais dos distintos atores que compõe a sociedade, mas sim, por meio da incorporação das atividades coletivas de determinados atores que contêm ações de maior poder com suas expressões mais pulverizadas, pulverizadoras e também influentes.

---

<sup>8</sup> Tradução da autora.

Com esse aporte o texto aponta aspectos que podem se caracterizar como foco de atuação concreta dos propósitos da Ecologia social como os apontados a seguir.

A dominação em muitas situações se caracteriza como atitudes de pessoas que incorporaram o discurso dominador sem ter necessariamente consciência dele, reproduzindo-o, como ocorre com os fundamentos coloniais nas comunidades colonizadas no passado e na contemporaneidade. Essas relações se mostram como agentes de diversidade de poder que comporta a aceitação dos grupos dominados, não sendo necessariamente uma aceitação consciente e deliberada, mas principalmente de submissão pré-reflexiva, e de forma subliminar não valoriza grupos de reação.

Na dominação da natureza, percebe-se que historicamente foi construída uma forma de se relacionar com a natureza, na qual se espera que esta tenha o papel bíblico de servir ao homem, logo o homem pode dominá-la. Na dominação econômica, as relações ambientais e sociais são regidas pelas regras do mercado amparado na competição e na acumulação individual, onde alguns acumulam e uma grande parcela sofre as consequências como contexto social caracterizados entre outros pela pobreza, desemprego, moradias sem qualidade, entre outros.

Na dominação de gênero, apesar dos avanços, ainda é constatável que a figura masculina possui uma relação de controle sobre as mulheres. No qual, os homens possuem posição central e relação hierárquica superior às mulheres. Sendo que a instituição patriarcal é uma constante social tão profundamente radicada que domina muitas formas políticas, sociais ou econômicas, gerando um estado muitas vezes subliminar de discriminação social da mulher pautado na confiança de uma superioridade masculina.

Na questão étnico/racial, carrega uma perspectiva de dominação amparada fundamentalmente na herança colonial a qual se manifesta atualmente quando a cultura predominante assume posição na concepção eurocêntrica e se coloca em posição hierárquica superior às demais etnias. As raças negras, desta forma, se mantem em papel de exclusão, assumindo a maioria da realidade do subemprego, da falta de oportunidade de ascensão econômica e de preconceitos à sua cultura ancestral. Os caiçaras, as populações tradicionais, e os povos indígenas também se encontram em

perspectiva de desvalorização cultural, social e econômica a qual evidencia o processo de invisibilização desses segmentos humanos e sociais.

Neste contexto de empreendimentos de grande impacto ambiental como os portuários modificam a realidade social e ambiental das cidades, intensificando as relações de dominação nas localidades. As vantagens da instalação de empreendimentos se concretiza para empreendedores com seus lucros financeiros, e os impactos ficam principalmente para a outra parte da sociedade.

### **PONTAL DO PARANÁ E ECOLOGIA SOCIAL: as amarras da dominação e os empreendimentos portuários**

O município de Pontal do Paraná está localizado no litoral do Paraná. Esse é conhecido por ser uma região onde grande parte de seu território se apresenta dentro de áreas legalmente protegidas. Com isso, a região é reconhecida pela conservação da natureza pela proteção dos ecossistemas e valores culturais das comunidades tradicionais. Entretanto, há décadas tem ocorrido problemas relacionados à gestão dos espaços, territórios, paisagens e com a violação das legislações ambientais e sociais integrados principalmente por três empreendimentos portuários previstos para o município de Pontal do Paraná, o qual atualmente não possui nenhum empreendimento desse porte.

Pontal do Paraná é um município que teve seu desmembramento de Paranaguá em 1995 com motivos políticos e não populares, atualmente sua economia é baseada nas atividades praiano-turísticas e em momentos de baixa temporada por atividades de pesca artesanal e comércio local (PIERRI, 2001). A atividade industrial ainda é pequena, com destaque para companhia italiana Techint Engenharia e Construção S/A, que fabrica plataformas de exploração de petróleo, porém um quadro de novos empreendimentos está previsto. Entre eles estão os empreendimentos portuários do Terminal de Contêineres de Pontal do Paraná (TCPP), o empreendimento portuário da Odebrecht e o empreendimento portuário da Melport/Catallini (GOES, 2014).

Pontal do Paraná possui a região norte localizada no complexo Estuarino de Paranaguá, na Baía de Paranaguá, que possui o nome de Ponta do Poço, e uma extensão de 23 quilômetros de praia ao longo do município. É

composto por um complexo de fitofisionomias como a mata atlântica, restingas, as dunas, as praias arenosas e lodosas, os manguezais (IPARDES, 2001).

Sua ocupação possuía número reduzido até meados dos anos 60 e suas principais atividades econômicas eram basicamente pesca, agricultura e pecuária de sustentação familiar. Somente após sua emancipação política, em 1995, teve início uma maior ocupação da região, devido principalmente à políticas de ocupação da região com teor turístico (PIERRI, 2005). O município possui 24.352 habitantes (IBGE, 2015).

Suas principais atividades econômicas, atualmente, são relacionadas ao turismo (PIERRI, 2001), e atividades ligadas ao comércio/prestação de serviços (IPARDES, 2008), com grande fluxo de turistas, em certo período do ano, nos 48 balneários que compõem o município (PLDM, 2011). Possui ao longo da região 28 estabelecimentos agropecuários que abrangem 342 hectares (IBGE, 2006), com produção de banana, arroz, cana, mandioca, bovinos e suínos. Apresenta apenas quatro estabelecimentos industriais (IPARDES, 2008). Mantém atividades de pesca de modo artesanal, com um total de 596 pescadores cadastrados (PLDM, 2011).

O município de Pontal do Paraná em seu território possui o Parque Municipal do Manguezal e o Parque da Restinga do Rio Pequerê, além disso apresenta regiões protegidas por áreas de preservação permanentes (APP's) em manguezais no norte do município - na região estuária do Rio Guaraguaçu, Maciel e Pequerê - também são APP's as faixas marginais de todos os seus rios (PLDM, 2011). O município está a aproximadamente quatro quilômetros de distância da Ilha do Mel (que pertence ao município de Paranaguá), a qual apresenta duas áreas protegidas a Estação Ecológica da Ilha do Mel e o Parque Estadual da Ilha do Mel. Ainda possui proximidade com a Ilha da Cotinga e Ilha Rasa da cotinga pertencentes ao município de Paranaguá onde se localiza o território indígena da Cotinga do Povo Guarani Mbyá e também tem proximidade com a APA Estadual de Guaratuba e APA Federal de Guaraqueçaba (PLDM, 2011).

Quanto às instituições de saúde, possui sete locais municipais e dois privados (IBGE, 2010). Ao todo conta com 11 escolas do ensino infantil, 13 de ensino fundamental e cinco de ensino médio. (IBGE, 2010). Pontal do Paraná abriga um campus avançado da Universidade Federal do Paraná com cursos

de graduação e pós-graduação, o Centro de Estudos do Mar (CEM/UFPR), com instalações nos balneários de Pontal do Sul e Mirassol.

Dentre as organizações sociais, se destacam a Colônia de Pescadores de Pontal do Paraná, a ASSCOMPES (Associação Comunitária dos Pescadores Profissionais e Armadores de Pontal do Paraná) e COPEIM (Associação comunitária dos Pescadores Profissionais da Ilha do Maciel (PLDM, 2011). Como representante da organização sobre a conservação da natureza, o local possui o estabelecimento da ONG Mar Brasil. Os comerciantes estão organizados na Associação Comercial de Pontal do Paraná (ACIAPAR). Também existe a organização da Associação de Moradores de Pontal do Paraná (AMPP).

Conforme Krelling e Soares (2013), João Carlos Ribeiro<sup>9</sup>, pai do atual proprietário, recebeu as terras de toda a Ponta do Poço como “doação<sup>10</sup>” do governador Moysés Wille Lupion de Tróia em 1951, área que era de domínio público estadual. Moysés Wille Lupion de Tróia esteve no cargo de governador por duas vezes: de 1947 a 1951 e de 1956 a 1961. O seu segundo mandato foi extremamente tumultuado. Neste período “doou” algumas terras, como a região da Ponta do Poço, depois teve seu mandato cassado e suspenso por dez anos de seus direitos políticos (KRELLING e SOARES, 2013).

Em termos históricos dos empreendimentos, um polo de produção de plataformas de petróleo para a Petrobrás foi composto na região da Ponta do Poço<sup>11</sup> em Pontal do Paraná. A primeira empresa a se instalar foi a Tenenge, cujo canteiro de obras funcionou de 1979 a 1996 na construção de jaquetas para algumas plataformas de petróleo da Bacia de Campos, no estado do Rio de Janeiro. Após este período o canteiro foi desativado até os dias de hoje (KRELLING e SOARES, 2013). Por volta de 1980 a CBC, empresa representante da Mitsubishi Motors no Brasil, comprou as terras do empresário

---

<sup>9</sup> João Carlos Ribeiro, foi o idealizador do projeto do Porto em Pontal do Paraná. A área que era da CBC foi vendida para a operação Mega Verão que após falência em 1995 foi vendida para o João Carlos Ribeiro Filho. Esse é o proponente do Terminal de Containeres de Pontal do Paraná (TCPP). (KRELLING e SOARES, 2013)

<sup>10</sup> O termo “doação” foi utilizado devido à conjuntura de tomada da posse das terras que realmente foram cedidas pelo Governador do Estado do Paraná, ao empresário João Carlos Ribeiro.

<sup>11</sup> Região localizada na entrada da baía de Paranaguá, próxima a ilha do Mel. Possui um calado natural, ou seja, uma profundidade suficiente para aporte de grandes embarcações.

João Carlos Ribeiro para a mesma finalidade da Tenenge. Entre 1980 e 1984 também funcionou um canteiro de obras da Techint, que após a última plataforma finalizada o canteiro foi fechado. Na época de pleno funcionamento das três empresas foram concebidos aproximadamente 9000 empregos (KRELLING e SOARES, 2013).

Mais de 20 anos após o fechamento das empresas de produção de plataformas de petróleo, em 2011, a Techint realizou uma modernização em uma das áreas e reabriu o polo de construção de plataformas na região. Em 2013 a empresa demitiu quase todo o quadro de 3000 mil funcionários, devido aos problemas financeiros que a OGX, estaleiro do grupo de Eike Batista, ao ter cancelada uma encomenda milionária à empresa. (CORREIO DO LITORAL, 2013). Em 2014, a empresa voltou a contratar devido a nova encomenda da Petrobrás.

A Techint ainda tem contratado trabalhadores, em sua maioria, que não são do município de Pontal do Paraná, pessoas de outras localidades municipais e estaduais. Dados da própria empresa admitia que em 2013, apenas 56% dos funcionários eram de Pontal do Paraná, Paranaguá e Matinhos principalmente relacionados aos cargos de limpeza e manutenção. E que os restantes eram de trabalhadores de fora do município.

### **Ecologia social e os empreendimentos portuários Pontal do Paraná**

Os empreendimentos portuários que apresentam documentos de pedido de licenciamento ambiental para instalação no município de Pontal do Paraná estão descritos na tabela a seguir. A especificação do órgão que analisa o licenciamento foi inserida na tabela. A relação das aprovações nas fases no licenciamento (prévia, instalação ou operação), do posicionamento da Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) e da Poligonal do Porto de Paranaguá foram apresentados para cada um dos empreendimentos.

	<b>Descrição do Empreendimento</b>	<b>Licenciador</b>	<b>Fase no licenciamento</b>
Terminal Portuário de Pontal do Paraná	Terminal de Contêineres de Pontal do Paraná - TCPP. Infraestrutura e Superestrutura. Localização Ponta do Poço. Área de atracação 1000 m de comprimento, com três berços de acostagem (36 metros de largura). Dragagem ao longo do cais em 16 metros.	IBAMA	Licença de Instalação – Aprovado pela Antaq.
Construtora Norberto Odebrecht S.A	Readequação do Cais da antiga TENENGE, permitindo a atracação de navios tipo FPSO (Unidades Flutuantes de Produção, Armazenagem e Transbordo). 700 metros de cais, com largura de 56 metros. Dragagem aprofundamento para 15 metros.	IAP	Licença Prévia
Melport Terminais Marítimos /Catalini	Construção o projeto: Píer, Tancagem para Granéis líquidos e Dragagem.	IAP	Licença Prévia
Subsea7 S.A	Um píer de atracação e instalações de caldeiraria e montagens mecânicas em aço, para uso em plataformas e equipamentos Navais.	IAP	Termo de referência – Autorização de construção na área da Poligonal do Porto de Paranaguá.

**TABELA 1- LEVANTAMENTO E DESCRIÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS PORTUÁRIOS NO LITORAL DO PARANÁ**  
**FONTE: GOES (2014), atualizado pela Autora.**

O município de Pontal do Paraná atualmente contém um empreendimento de grande infraestrutura relacionado ao Pré-Sal, da multinacional Italiana, Techint, do ramo de construção de plataformas de petróleo, e apresenta três empresas em análise de Licenciamento Ambiental (TCPP, Subsea 7 e Odebrecht<sup>12</sup>) neste ramo, além da construção do primeiro Porto do município o Terminal Portuário de Pontal do Paraná (TCPP). Para poder obter tais empreendimentos, primeiramente se faz necessário uma nova via de acesso através de uma nova rodovia em Pontal que está em análise no Licenciamento Ambiental. O conjunto dos empreendimentos, se construídos e estabelecidos, modificariam o perfil da cidade e a ocupação da mesma. A cidade, até então, é categorizada como uma cidade praiano turística (PIERRI et al., 2006) e o cenário apontado pelos empreendimentos em licenciamento

<sup>12</sup> A Odebrecht uma das maiores construtoras do país teve seu presidente preso em 2016 devido investigação da Operação Lava-Jato devido ao pagamento de propinas para vencer licitações.

indicam a transformação para uma cidade que também se apresente como industrial portuária.

Uma série de impactos ambientais e sociais podem ocorrer se os empreendimentos forem instalados como foram descritos nos EIA/RIMA apresentado aos órgãos ambientais (RIMA CATALLINE, EIA TCPP, EIA Odebrecht, EIA Melport). Um fato é que as atuais situações do município não correspondem as necessidades da população do município. Desta forma, os empreendimentos, se implementados, poderiam ampliar e potencializar as existentes injustiças com a natureza, econômicas, étnicas-raciais e de gênero.

Podemos apontar que em Pontal do Paraná a maioria da população que considera o discurso positivo sobre os empreendimentos, estão de alguma forma, sob processo de dominação econômica, étnico-racial ou de gênero, o que em alguma medida, contribuem para a aceitação dos novos empreendimentos portuários. Esta aceitação pode ser verificada ao longo das audiências públicas dos empreendimentos. Como a dominação pelas elites não necessariamente se caracteriza por atitudes conscientes daqueles que incorporam o discurso do dominador. Deve-se pontuar que a população de pontal, em geral, reproduz os discursos dos grupos dominantes que não medem esforços em publicizar os potenciais benefícios dos novos estabelecimentos e que abafam os processos que criticam os projetos de alguma forma.

Os empreendedores e os empregadores de estabelecimentos e titulares de terras em Pontal do Paraná podem ser os principais a se beneficiar e lucrar se os empreendimentos forem implementados. Uma parcela da população local pode vir a conseguir trabalho nos empreendimentos, porém, vale ressaltar, que seus salários serão muito aquém do lucro do empreendedor e seus aliados. Além de que estas ficarão com os malefícios do aumento no número de pessoas na cidade, cujos instrumentos de saúde e educação tendem a ficar mais cheios e com perda na qualidade, se não forem construídos novos locais. Como aponta Bookchin (1999), “os poderosos com o lucro em mente não se envergonham em produzir distúrbios sociais e ecológicos”, pois suas aspirações “são moldadas não pela necessidade do povo ou pelos limites da natureza, mas pelas exigências de lucro e competição. ”



Alguns integrantes da localidade tiveram papel de resistência nos processos de licenciamento. Estes que ao longo do processo se posicionaram negativamente, tiveram voz ativa durante as audiências públicas. Entretanto, algumas pessoas foram assediadas recebendo intimações para não participarem e não correrem riscos. Não podemos negar que a Universidade teve papel importante neste processo, pois muitas das pessoas que integram os posicionamentos contrários nas audiências públicas, eram estudantes, professores ou pessoas que possuíam algum vínculo porque moravam no município.

Apesar de haver divergências sobre a implantação dos empreendimentos, não se pode negar que a maioria da população ainda apoia sua instalação. Sem nos colocarmos no papel de julgadores sobre esses comportamentos, apontaremos as expressões de Bookchin (1990) que ao denunciar os problemas ecológicos chama atenção, também, para a passividade das pessoas diante dos desastres e a sua incapacidade de analisá-los desde suas causas até as suas consequências. Afirma que, para muitos, é difícil ver esses elementos como algo que provêm de uma mesma origem, uma vez que as pessoas têm sido condicionadas a “ver la vida como expectadores” e “hacer comentarios compuestos de segmentos anecdóticos, discretos y autocontenidos.” (BOOKCHIN, 1990)<sup>13</sup>

A exploração econômica é um dos pilares da questão ambiental faz-se necessário, entender as raízes das hierarquias e dominações que ocorrem no modelo de desenvolvimento que tem sido adotado, com base fundamental na naturalização, na alienação e na conscientização romântica. Pontal do Paraná é um município que está inserido no contexto civilizatório vigente no qual vigoram os problemas sociais e ambientais descritos até então e este artigo tem a proposição de utilizar os conhecimentos da ecologia social para evidenciar que as questões ambientais presentes nos novos empreendimentos se inserem inclusos nas relações sociais existentes em Pontal do Paraná.

Ao estabelecer relações de dominação entre si, a humanidade vai se compreendendo como uma espécie que se constitui à margem do meio natural. A natureza passa a ser vista como algo que está distante do mundo social, algo

---

<sup>13</sup> “ver a vida como expectadores de televisão, ou fazer comentários compostos de segmentos anecdóticos, discretos e auto-suficientes.” Tradução da autora.

que está à “disposição” para o desenvolvimento da sociedade. Como aponta Bookchin (1999), “os problemas ecológicos e ambientais são problemas sociais, que fazem parte de um sistema de relações sociais baseadas na dominação e na hierarquia”. Por isso, se faz necessário um horizonte de resistência frente a toda forma de dominação que está presente em nossa história, memória e na atualidade, ou seja, precisamos romper com o legado de dominação colonial, colonizador e colonialista vigente por ação dos meios de comunicação e economia. Para isso é fundamental ampliar os espaços em que essas relações sejam rebatidas e como aponta Bookchin, “Nutrir comunidades livres de hierarquia, injustiça social e degradação ecológica.” (1999).

## **CONSIDERAÇÕES FINALIZADORAS**

Conforme destaquei nas linhas introdutórias do artigo, a relação que estabeleci com Pontal do Paraná desde minha infância até a vida acadêmica e de profissional da educação, me motivam para o aprofundamento dos conhecimentos sobre a cidade. Ao mesmo tempo que, minha experiência em desafiar o contexto de barbárie no qual estamos imersos, na busca de mostrar as negatividades do desenvolvimento econômico que o sistema difunde e nas vantagens de uma vida menos competitiva, acumuladora me estimulou a investigar o pensamento de Murray Bookchin e da Ecologia Social.

Nesse sentido, procurei apresentar, sob a perspectiva de Bookchin, o contexto da crise ecológica contemporânea que, segundo ele, assumiu proporções catastróficas que ameaçam o conjunto da vida do planeta, especialmente a dos seres humanos. Mas, a sua constatação vai além, concluindo que todos os problemas ambientais são problemas fundamentalmente sociais expressos, especialmente, através dos sistemas de dominação e hierarquização que se estabelecem entre os seres humanos e destes com a natureza.

Em Pontal do Paraná, os novos empreendimentos portuários se estabelecidos podem ampliar as injustiças sociais e ambientais atualmente presente na forma de desenvolvimento do município. Romper as amarras da dominação, não aceitar as ilusões apresentadas pelos empreendedores e se

posicionar contrário aos novos empreendimentos de Pontal do Paraná seria o primeiro passo por melhores condições ambientais e sociais para o município. Ao mesmo tempo que este posicionamento deve estar atrelado ao exercício constante de análise do município e nas suas relações que se baseiam na hierarquia e dominação.

Tenho a nitidez de que esse artigo está longe de apresentar a completude do pensamento da ecologia social e de Murray Bookchin. O decorrer da pesquisa me atribuiu escolhas de alguns conceitos que foram singelamente apresentados. Esta pesquisa não se esgota por aqui e muitos temas ainda podem ser abordados e aprofundados. Ao mesmo tempo que esse artigo marca a porta de entrada em uma série de possibilidades de interlocuções e de novas pesquisas que ficam abertas.

Como último apontamento das considerações, retomo o título do artigo: “Ecologia social, dominação e os empreendimentos portuários em Pontal do Paraná”. A minha intenção ao descrever o título, foi relacionar o olhar a Ecologia Social, com seu conceito de dominação sobre os novos empreendimentos de Pontal do Paraná, além de incluir os movimentos da própria pesquisadora que procurou articulá-los e atribuí-los sentido.

## REFERENCIAS

- BOFF, Leonardo. **Saber cuidar**: ética do humano – compaixão pela terra. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- BOOKCHIN, M. **Ecology of Freedom**. The emergence and dissolution of hierarchy. AK Press USA. 2005.
- \_\_\_\_\_. **La ecología de la libertad**: la emergencia y la disolución de las jerarquías. Madrid: Nossa y Jara, 1999.
- CORREA, F. Bookchin e o anarquismo. **Anarquismo, Crítica e Autocrítica**. p. 146. Hedra. 2011.
- FEARNSIDE, P. M. A usina hidrelétrica de Belo Monte em pauta. **Política Ambiental**. v. 7, p 1-19. 2011.
- FEARNSIDE, P. M.; LAURANCE, W. F. Infraestrutura na Amazonia: as lições dos planos plurianuais. **Caderno CRH**. v. 25, n. 64, p. 87-98. 2012.
- FOLADORI, G.; PIERRI, N. (eds). Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sostenible. Trabajo y Capital. Montevideo, 2005.
- FOLHA PONTAL DO PARANA . Disponível em: <<https://folhapontaldoparana.wordpress.com/2014/03/07/marco-chegou-e-com-ele-a-esperanca-de-emprego-para-alguns-pontalenses-na-empresa-techint/>>. Acesso 11/07/2016.
- GOES, L. Grandes obras de infraestrutura no município de pontal do paraná no litoral do paraná. **VI CIETA**. 2014.
- GOES, L. M. **Conservação e grandes empreendimentos de infraestrutura no litoral do Paraná**: a ferrovia Lapa-Paranaguá. UFPR. 2014.
- IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em 14/05/2016.
- IPARDES. Avaliação de impacto socioeconômico. Disponível em <[http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/comunidades\\_rurais\\_pobres\\_caract\\_socio\\_comu.pdf](http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/comunidades_rurais_pobres_caract_socio_comu.pdf)>. Acesso em 14/05/2016.
- JUNIOR,C.; AGUIAR, F. Novo desenvolvimentismo, governo Lula e o programa de aceleração do crescimento: uma análise crítica. **Vasa**, 2012.
- KEIN, P. J. A fenomenologia de Goethe e a pesquisa científica. Matinhos, UFPR. Comunicação oral. 2016.
- PIERRI, N.. ANGULO, R. J. ; SOUZA, M. C.; KIM, M. K. A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente** (UFPR), v. 13, p. 137-167, 2006
- PIERRI, N.; DESCHAMPS, M.; CHANG, M.Y.; SAMPAIO, R.; ANDRIGUETTO, J.M. Diagnóstico meio sócio-econômico. In: ANGULO, R.; BRANDINI, F.; PIERRI, N. (Coords.), EIA-Estudo de Impacto Ambiental Terminal Portuário localizado no Município de Pontal do Paraná (PR), **AMB Planejamento Ambiental**, Curitiba: 2008, Tomo 3.
- PIERRI, N.E. Litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. nº 8, p25-41. 2003.

PLDM. **Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura do Paraná.** Grupo Integrado de Aquicultura e Estudos Ambientais. 2011.

SILVA, A.L. **Da ecologia social à educação ambiental:** as contribuições do pensamento libertário de Murray Bookchin. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental). Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, 2007.176f.

TIEPOLO, L.; A inquietude da Mata Atlântica: reflexões sobre a política do abandono em uma terra cobiçada. **Guaju**, Matinhos, v.1, n.2, p. 96-109. 2015.

VERDUM, R. Infra-estrutura e políticas territoriais do Brasil no contexto da integração sul-americana. **Programa de las américas, Relatório Especial**. V. 16. 2007.

ZEE. Zoneamento Economico-Ecológico do Litoral do Paraná. **Governo do Estado do Paraná**. 2012.

ZHOURI, A.; VALENCIO, N.(Org.). **Formas de matar, de morrer e de resistir:** limites da resolução negociada de conflitos ambientais. p. 395. Belo Horizonte: UFMG. 2014.